



# **IV Congresso**

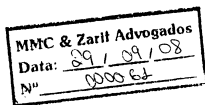
[de História da Bahia]

**[Anais v. 1]**

Salvador/Bahia  
2001

INSTITUTO GEOGRÁFICO E  
HISTÓRICO DA BAHIA  
FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

ANAIS DO IV CONGRESSO  
DE HISTÓRIA DA BAHIA  
[Salvador 450 anos]



Salvador  
2001

## PERO DO CAMPO TOURINHO E OS ESPANHÓIS

Luiz Walter Coelho Filho

Pero do Campo Tourinho, o único no rol dos primeiros Donatários da Costa do Brasil que não era fidalgo, recebeu uma concessão essencialmente política, normalmente destinada aos que detinham algum sinal de nobreza. Por que? O que teria levado o Rei a outorgar-lhe tão grande mercê? A resposta merece ser revelada com algum suspense.

Filho de Gil Pires Tourinho e Branca Casada<sup>1</sup>, casou-se com Inês Fernandes Pinta, resultando desta união Fernão, Leonor e André. Através de um documento intitulado “*Livro da Talha para a Construção da Ponte sobre o Rio Guadiana*”<sup>2</sup>, mais conhecido como “*Livro da Finta*”, espécie de recenseamento fiscal, datado de janeiro de 1517, sabe-se que Pero do Campo morava no arrabalde do Campo do Forno. Hoje o local corresponde ao sítio da praça da República, centro da Cidade, mas em 1517, constituía um bairro novo, quase subúrbio, ao norte da muralha medieval da Vila de Viana do Castelo. A origem provável do seu primeiro sobrenome advém por antonomásia do bairro onde morava, fato muito comum à época.

No Livro da Finta figura ainda como “*oficial da Misericórdia*”, o que lhe assegurou a isenção fiscal na tributação destinada ao custeio da Ponte sobre o Rio Guadiana. A Misericórdia de Viana foi constituída oficialmente em 1521, ano em que os oficiais do Concelho deliberaram requerer ao Rei a outorga de regimento idêntico ao de Lisboa. Como poderiam os oficiais gozar dos privilégios de uma Instituição que ainda não existia? Uma explicação muito interessante ao caso foi apresentada por Manuel da Cunha Serra<sup>3</sup>. Em 1506 foi estabelecida a Confraria do Nome de Jesus dos Mareantes da Vila de Viana da Foz do Lima. A idéia partiu de um grupo de setenta mareantes e pescadores, à semelhança do que tinham visto em Porto e Lisboa, tinha como fonte de custeio uma contribuição

MOREIRA, Manuel António Fernandes. *Os mareantes de Viana e a construção da atlântida*. Câmara Municipal: Viana do Castelo, 1995, p. 246.

REIS, António Matos. Viana em 1517. Urbanismo, democracia, sociedade. Estudo da finta para a construção da ponte da ajuda, sobre o Guadiana. In: *Estudos Regionais Revista de Cultura do Alto Minho*, Viana do Castelo, nº 15, p. 7.

<sup>1</sup> *Apud id* REIS, António Matos, p. 16.

sobre os rendimentos da embarcação, e por objetivo o apoio material e espiritual aos mareantes e suas famílias. Na segunda década de quinhentos a Confraria alargou a sua ação a todos os necessitados que não tinham quem se ocupasse deles, o que a colocou em condições de reivindicar os privilégios típicos das Misericórdias. Em 1521, a Mesa da Confraria rejeitou algumas tentativas de ingerências, feitas pelo juiz de fora, tendo este ordenado a constituição da Confraria da Misericórdia, a fim de que fosse a única a gozar das prerrogativas inerentes a estas instituições. O aspecto interessante desta tese é que evidencia e fortalece a relação entre Pero do Campo e o mar. Em 1517, ele ocupava um ofício na Confraria que supõe-se privativo dos homens mais destacados da navegação na Vila de Viana.

A relação entre o donatário e o mar se confirma não apenas pelas referências de historiadores antigos que o qualificam como experimentado navegador, mas pela prova colhida junto ao Fundo Antigo da Sisa de Caminha<sup>4</sup>. Em tais documentos, Pero do Campo figura como mestre e senhorio de Caravela. Em 25 de outubro de 1519, “a Caravela de Pero do Campo”... chegou de Flandres e aportou em Viana, desembarcando panos, o que deu origem a 35 despachos na alfândega. Armetins, ipre, cris, ique, nioquerças, bruges, e outros tantos tipos, totalizando 78.771 mil reis.

Na década de vinte, segundo depoimento de qualificado historiador<sup>5</sup> não se fala de Pero do Campo Tourinho nos documentos dos arquivos de Viana. “*Nem como homem público, nem como mercador ou mareante. É possível que andasse ao serviço da Coroa como administrador do monopólio régio, acumulando méritos que lhe valeram a atribuição da capitania de Porto Seguro*”. O que realmente teria acontecido? Três documentos espanhóis, integrados ao Acervo do Arquivo Geral da Índias, em Sevilha, apresentam algumas pistas interessantes.

As primeiras décadas do século XVI são conhecidas pelas disputas entre portugueses e espanhóis, ambos tentando descobrir e dominar novas terras e riquezas. Os agentes deste processo eram os navegadores e

<sup>4</sup> *Apud id.* MOREIRA, Manuel António Fernandes, p. 247.

<sup>5</sup> Manuel António Fernandes Moreira, historiador vianense, com mais dezessete obras publicadas, destacando-se, além da acima citada, o “*Mercadores de Viana e o comércio do açúcar brasileiro no século XIII*”, 1990. Da obra citada na nota 1 extraímos diversos dados desconhecidos no Brasil sobre a Vida de Pero do Campo Tourinho relacionados com a sua terra natal.

exploradores. Dotados dos conhecimentos necessários, eram disputados pela duas Coroas, sendo comum a cooptação de mareantes portugueses pelos espanhóis. Fernão de Magalhães ilustra o caso mais famoso. O conflito decorrente da circunavegação que promoveu só terminou no ano de 1529, com o acordo financeiro em torno da posse das Ilhas Molucas. A indenização paga pela Coroa Portuguesa deixou patente a importância estratégica de bons capitães, navegadores e descobridores

Mal assentara o acordo das Ilhas Molucas, novos conflitos em torno da descoberta de riquezas surgiriam. Desta vez o cenário era o Rio da Prata. Corria o ano de 1530. Em Sevilha, no dia 22 de julho, aportou Sebastião Caboto à frente de 28 sobreviventes. Entre eles, um português resgatado nas proximidades da Ilha de Santa Catarina chamado Henrique Montes que o capitão ordenara provedor de mantimentos da armada. Dias depois, em 2 de agosto, o mesmo porto espanhol assistiu ao desembarque dos remanescentes da expedição espanhola liderada por Diogo Garcia de Moguer, entre eles outro português resgatado chamado Gonçalo de Acosta. Ambos os capitães, embeinharam-se nos rios da Bacia do Prata na esperança de acharem o caminho que os levaria ao ouro do Peru. Por uma casualidade, encontraram-se por lá, sucedendo-se conflitos e percalços que estão fora do propósito deste trabalho relatar. Por ora, basta dizer que os portugueses desempenharam um papel destacado no desbravamento das novas rotas do ouro e da prata.

Ao chegarem na Europa, todos os tripulantes desembarcaram com notícias vivas acerca do ouro e da prata do Peru. Neste mesmo ano, a Coroa Portuguesa organiza a célebre expedição de Martim Afonso de Souza. O embaixador espanhol em Lisboa, em carta datada de 20 de agosto de 1530, informou que o Rei Dom João III enviaria quatro caravelas e uma nau ao Brasil, tendo por capitão Martim Afonso de Souza, com o objetivo declarado de descobrir uns rios, fazer uma fortaleza em certa parte e expulsar os franceses que andavam naquela costa. O informante denunciou que a Expedição tinha também o objetivo não revelado de descobrir "*aquella boca del rio de Solis*"...<sup>6</sup>. A partida ocorreu no dia 8 de dezembro de 1530.

---

<sup>6</sup> CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo*. 1955, p. 245.

Um mês antes, o Rei de Espanha, através de uma Real Cédula<sup>7</sup>, datada de 9 de novembro de 1530, convidou Henrique Montes, português que vivera na Ilha de Santa Catarina e retornara com Caboto, a vir à Espanha, onde lhe seria ofertada uma missão em atenção ao seu conhecimento do Rio de Solis. Tratava-se de tentar atraí-lo para o Serviço Real. O convite não foi rápido o suficiente para impedir que Henrique Montes embarcasse na expedição de Martim Afonso de Souza ocupando na armada o mesmo cargo que passou a exercer na expedição de Caboto, quando este chegou em Santa Catarina: provedor de mantimentos. A tentativa espanhola de cooptação, no entanto, não ficou limitada a Henrique Montes. Abrangeu, ainda, Gonçalo de Acosta e Pero do Campo Tourinho. O primeiro, passou definitivamente à corte espanhola e prestou grandes serviços na colonização do Rio da Prata. O segundo, no entanto, foi cortejado, talvez tenha prestado algum serviço, mas, no final recebeu a sua capitania e foi colonizar a costa do Brasil.

Poucos dias depois de ser emitida a Cédula Real convidando Henrique Montes para participar de uma missão ao Rio de Solis, alguém, talvez Gonçalo de Acosta, sugeriu que fosse convidado também Pero do Campo. Por conta deste fato, um certo Conde y Beltran y Xuarez, no dia 23 de novembro de 1530, escreveu ao Comendador Lope Hurtado de Mendoza, embaixador em Portugal, informando-o que depois que Sua Majestade havia mandado fazer o convite oficial a Henrique Montes, eles foram avisados que havia outro português chamado "*Pedro de Campo, vecino de Viana, que ha estado mucho tiempo en tierra del Brasil y Rio de Solis y que seria persona provechosa para servicio de su Majestad*"...<sup>8</sup>. Mandou, enfim, que fizesse contato e o convidasse.

O trecho transcrito revela um pouco do passado de Pero do Campo Tourinho. O sumiço dele na década de vinte explica-se em virtude de uma ou mais viagens que fez à Costa do Brasil. Não existem documentos que comprovem a sua presença nesta ou naquela expedição, mas alguma especulação pode ser feita. Diogo Garcia de Moguer, o capitão que disputou com Caboto a exploração do Prata, mantinha com Pero do Campo alguma relação mais próxima. No final do ano de 1534, quando o donatário seguiu

Arquivo Geral da Índias. Sevilha. Indif. General. 422

<sup>7</sup> O documento está transcrito na íntegra no Apêndice

para o Brasil, aparentemente o Piloto comandou alguma embarcação e retornou a Portugal com parte da frota. A Rainha da Espanha mandou uma carta ao seu embaixador em Portugal para que investigasse e mandasse informar ao Conselho das Índias se ...”*esta ahí un Diego Garcia Moguer, piloto, o si fue en esta armada o se ha asentado viviendo en ese Reino*”...<sup>9</sup>. Tinham em comum o fato de serem portugueses. O piloto Diego Garcia havia liderado uma expedição espanhola que partira de La Coruna, porto próximo de Viana do Castelo. O convite que recebeu do Monarca esteve no contexto do retorno daquela expedição. Enfim, várias coincidências, porém nenhuma certeza documental, salvo a de que o donatário já conhecia bem a costa do Brasil, o que o habilitara a receber a mercê da Capitania.

Em parágrafo anterior afirmamos que Gonçalo de Acosta foi o único que aceitou imediatamente o convite do monarca espanhol. O Rei de Portugal, Dom João III, entrevistara-o pessoalmente em alguma data entre agosto e dezembro de 1530, mas nada o demoveu do propósito de mudar de nação. Sua opção, depois de muitos incidentes diplomáticos, fez com que passasse a residir em Sevilha recebendo soldo, porém sem nenhuma missão imediata. Depois do fracasso imediato das duas expedições – Caboto e Moguer – a coroa espanhola passou a planejar e executar algo mais permanente. Fruto deste trabalho surgiu a empresa colonial liderada por Dom Pedro de Mendonça. Os dados indicam que o planejamento estava em curso por volta de 1532, apesar de sua partida efetiva só ter ocorrido no ano de 1535. Nela Gonçalo de Acosta tomou parte, retornando assim à costa do Brasil.

O convite a Pero do Campo, ordenado no final de 1530, provavelmente lhe foi comunicado no ano seguinte. O que teria a Espanha a oferecer-lhe? Certamente algum ofício de destaque na armada de Dom Pedro de Mendonça que começava a ser planejada e organizada. As tratativas devem ter caminhado, pois, em um relatório espanhol, feito entre 1560 e 1566, descrevendo a costa do Brasil, a Capitania de Porto Seguro é apresentada da seguinte forma: ... “*capitania de Diego de Ocampo que yba com Dom Pedro de Mendonça al Rio de la Plata y despues vino a Portugal y le hyzo merced el Rey de Portugal desta capitania*”<sup>10</sup>. De forma óbvia,

<sup>9</sup> Documento transcrito na íntegra no Apêndice

<sup>10</sup> O documento está transcrito parcialmente no Apêndice

Pero do Campo não veio ao Brasil com Dom Pedro de Mendonça, pois, ambos partiram em armadas diferentes e objetivos distintos. O que relata o documento é a existência de algum compromisso entre o capitão e a coroa espanhola no sentido de que ele integraria a armada espanhola. Ao retornar a Portugal antes da viagem lhe foi ofertada a Capitania. Um aspecto interessante é a confusão do observador espanhol ao escrever o nome do Donatário trocando o prenome por “Diego”. Revela-se neste ponto mais uma vez a potencial ligação entre o piloto Diogo Garcia de Moguer e Pero do Campo Tourinho.

Em 1532, Dom João III começou a tratar da partilha da costa do Brasil em capitanias. Sabendo que seus vassallos estavam sendo cortejados pelo Rei da Espanha, nada mais natural do que reservar ou ofertar ao Vizinho de Viana uma daquelas capitanias. A coroa portuguesa demonstrou neste aspecto uma mudança de postura em relação aos seus vassallos. Outrora, com Dom Manuel, o marinheiro, piloto ou mestre que revelasse informações ou servisse a outra nação seria degredado e seus bens confiscados. Doravante, a experiência vivida com Fernão de Magalhães e muitos outros, agastados com a forma de tratamento, ensinou que os navegadores e exploradores teriam que ser cortejados e conquistados financeiramente. Pero do Campo Tourinho experimentou esta saudável disputa. Ele que não era fidalgo, mas que trazia no sangue a fibra e coragem dos grandes navegadores, abandonou ou recusou a oferta espanhola e aceitou a mercê ofertada por Dom João III. Atravessou o Atlântico em quatro navios levando embarcados a família e mais seiscentos homens, muitos deles com suas mulheres. A armada partiu de Viana do Castelo no final de 1534, aportou na Ilha de Gomera, Canárias, e deve ter chegado em Porto Seguro nos primeiros dois meses de 1535. Fundou a Vila no solo que foi simbolicamente o primeiro assento dos portugueses na costa do Brasil. Pero do Campo havia conquistado a sua capitania em reconhecimento e respeito ao saber que detinha e à experiência que adquirira no mar.

A epopéia de Pero do Campo Tourinho na costa do Brasil termina de uma forma desagradável. Acusado por colonos e fidalgos de heresia e outros tantos crimes contra fé católica seguiu preso para Lisboa onde respondeu processo perante o Tribunal da Inquisição. Este fato em si não é tudo. Impressiona mais a destruição e desagregação familiar que sucedeu. Em 1554, transfere ao seu filho Fernão os direitos inerentes à capitania. Pouco



depois, este morre, solteiro, sem filhos ou herdeiros<sup>11</sup>. Em 1556, pai, mãe e irmão estavam mortos. Somente Leonor, a filha, estava apta a herdar. Segue-se a este fato um mistério. O que aconteceu a André, o terceiro? Sabe-se que permaneceu no Brasil e foi preso em 1550 pelo Ouvidor Geral por conta de dívidas e danos à Fazenda Real. Teria falecido até 1556 como forma de excluir o direito à capitania que lhe pertencia por ser homem? Não se sabe. O Provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, e o Ouvidor Geral, Pero Borges, o trataram com rigor além do usual. O Padre Jesuíta Antônio Blásquez<sup>12</sup>, em 1555, escreveu: *“Aqui um filho prendeu a seu Pai sendo Capitão e mandou fazer uma cadeia muito grossa para metelo nela, e rogando-lhe o Pai velho que lhe afrouxasse aqueles grilhões, foi tão desumano e cruel que nunca o quis fazer”*. Muitos anos depois, 1591, em Salvador, um certo Gaspar Dias Barbosa denunciou perante o Santo Ofício que *“...haverá quarenta e quatro anos pouco mais ou menos ouviu dizer publicamente a muitos que na Capitania de Porto Seguro, André do Campo e Guaspar Fernandes, escrivão, e uns frades da Ordem de São Francisco e outras pessoas que lhe não lembram ordenarão autos, e tiraram testemunhas e prenderam a Pero do Campo Capitão e Governador da dita Capitania, pai do dito André do Campo e o enviaram preso ao Reino por carta da Santa Inquisição dizendo que era hereje e depois ouviu dizer que fora aquilo inventado para o dito André do Campo ficar em lugar de seu pai como ficou”*... Restou da família legítima apenas a filha Leonor que, no ano de 1549 residia em Viana do Castelo, e gozava ainda algum prestígio *“por seu pai ser capitão do Brasil”*<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Carta de Confirmação outorgada a Leonor do Campo, 30 de maio de 1556. Chancelaria de Dom João III, Livro 54, ANTT. Segue transcrição do trecho que confirma a informação *“o qual Fernam do Campo falecera solteiro sem filhos antes de tirar doação e confirmação da dita capitania em seu nome”*. Outra passagem *“...dito Pero do Campo e Ines Fernandes Pinta sua mulher pai e mãe dos ditos Fernão do Campo e Leonor do Campo serem falecidos e deles não ficar outro herdeiro algum a que a dita capitania devesse pertencer por bem da dita Carta de doação senão há ela dita Leonor do Campo como tudo constava de uma certidão de justificação”*. Ao terceiro filho, Andre, nenhuma referência

<sup>12</sup> F III, Serafim, Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil. São Paulo, 1954, v. 2, p. 255-256

<sup>13</sup> Em 1549, ela morava em Viana, na Rua São Sebastião, sendo isenta do pedido das Cortes de Almeirim em razão do fato citado no texto principal. ANTT, Chancelaria de Dom João III, liv. I, fls. 243, AMVC, Livro de Pedido das Cortes de Almeirim, fl. 52. *Apud* MOREIRA, Manuel Antônio Fernandes, 249

**APÊNDICE DOCUMENTAL**

DOCUMENTO<sup>14</sup> Nº 1. Carta do Conde y Beltran y Xuarez a Lope Hurtado de Mendonza, Embaixador em Portugal, datada de 23 de novembro de 1530. Archivo General de Indias. Sevilla. Indiferente, leg. 422. Libro 14 / folio 144/

A Lope Hurtado

Magnifico señor:

Despues que su Majestad mando hacer este despacho, hemos sido avisados que de mas de Enrique Montes hay otro que se llama Pedro de Campo, vecino de Viana, que ha estado mucho tiempo en tierra del Brasil y Rio de Solis y que seria persona provechosa para servicio de su Majestad, sera bien que por la manera que se ha de hablar a Enrique Montes se habla de este Pedro de Campo, aunque no va carta de su Majestad para él, porque en este punto, cerrado el emboltorio se tuvo noticia de él. Guarde nuestro Señor vuestra magnífica persona y casa. De Ocaña a 23 de noviembre de 530. Señalada del Conde y Beltran y Xuarez.

DOCUMENTO Nº 2. Cédula Real passada a Luy Sarmiento. Embaixador em Portugal, datada de 3 de maio de 1535. Archivo General de Indias. Sevilla. Indiferente, leg. 422. Libro 16., /folio 197 vuelto/ De Oficio

Al Embajador de Portugal.

La Reina

Luy Sarmiento, embajador del Emperador Rey mi señor y mio en Portugal. Yo he sido informada que por la Isla de la Gomera, que es en Canaria, casi al fin del año pasado, pasó una armada del serenísimo Rey de Portugal, nuestro hermano en que iban dos carabelas y dos naos gruesas y en ellas seiscientos hombres y mucha parte de ellos con sus mujeres y por capitán un Pedro de Campo, vecino de Viana y algunos dicen que van a poblar al Brasil y otros que al Rio de la Plata. Y porque a nuestro /folio 198/ servicio conviene saber la verdad de ello, yo os mando que luego que esta veais, con toda diligencia sepais si se hizo esta armada y para donde y

<sup>14</sup> A transcrição dos documentos 1 e 2 foi feita pelo paleógrafo Francisco Sanchez Rico, residente em Sevilha, Espanha, por encomenda do autor

quando partió y que nueva hay de ella y qué navios y gente era, y con el primer correo enviareis ante nos al nuestro Consejo de las Indias la relación que cerca de ello supiereis y asimismo os informad y sabed si esta ahí un Diego Garcia Moguer, piloto, o si fue en esta armada o se ha asentado viviendo en ese Reino, y siempre tened muy particular cuidado de saber de todas las armadas, que en ese Reino se hicieren para las Indias y de todas las nuevas que tuviereis, asi del Maluco como del Brasil y de enviar la relación y aviso de ello al nuestro Consejo de las Indias, lo cual haced con todo secreto como el caso lo requiere, porque asi conviene a nuestro servicio. De Madrid a tres días del mes de mayo de mil y quinientos y treinta y cinco años. Yo la Reina. Refrendada de Juan Vazquez y señalada del Conde y Beltran y X Suarez y Bernal y Velasquez.

DOCUMENTO<sup>15</sup> N° 3. Relacion de la Costa do Brasil feita por Andrés de Montalvo, 1560 a 1566. Archivo General de Indias. Sevilla. Patronato, 23, r 1

El primer pueblo mas en confins de la demarcacion de su Magestad por la parte norte es Pernambuco cuya capitania es de Duarte cuello y una ysla que otras obras de dos leguas asimesmo poblada de portugueses capitania de ysabel de Gamboa esta dize ser suya desde sant Francisco hasta el Rio de Plata en el tiempo que yo vine de alla no entran las poblaciones de los portugueses la tierra a dentro de veynte leguas adelante aunque la capitania tiene de demarccacion y de costa cinquenta leguas hecho merced por el rei de portugal, desde fernambuco a la vaya que era la ciudad prinipal donde asistian el governador y bispo y oydor general este es del rey de portugal desde la vaya de salvador hasta los ysleos que eran de lucas giraldo se da termino y tierra otras cinquenta leguas poco mas o menos, desde los isleos hasta puerto seguro ay outra tanta instancia de terra y termino dos isleos eran capitania de diego de ocampo que yba com don pedro de mendonça al rio de la plata y despues vino a Portugal y le hyzo merced el rey de Portugal desta capitania...

#### TRANSCRIÇÃO EM PORTUGUES (AUTOR)

O primeiro povoado mais nos confins da demarcação de Sua Magestade, pela parte norte, é Pernambuco cuja capitania é de Duarte Coelho e uma

<sup>15</sup> RICHARD, Robert Documents de l' Archivo General de Indias de Seville, relatifs au Bresil. In *Arquivo de História e Bibliografia* (1923-1926), Lisboa Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976 v. I, p. 119

ilha que obra de duas léguas assim mesmo povoada de portugueses capitania de Isabel de Gamboa esta diz ser sua desde São Francisco até o Rio da Prata. No tempo que eu vim de lá não entravam as povoações dos portugueses a terra a dentro de vinte léguas adiante posto que a capitania tem de demarcação e de costa cinquenta léguas feita mercê por el Rei de Portugal. Desde Pernambuco à Baía, que era a cidade principal, onde assistiam o governador, o bispo, o ouvidor geral esta é do Rei de Portugal. Desde a Baía de Salvador até os Ilhéus, que eram de Lucas Giraldo se dá termino e tierra outras cinquenta leguas, pouco mais ou menos, Desde os Ilhéus até Porto Seguro há outra tanta instância de terra e término dos Ilhéus eram capitania de Diego de Ocampo que ia com Dom Pedro de Mendonça ao Rio da Prata e depois vindo a Portugal e o fez mercê o Rei de Portugal desta capitania...

## BIBLIOGRAFIA

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955. p. 275.

LEITE S. I., Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 2. 519 p. (Cartas de 1553-1558).

MOREIRA, Manuel António Fernandes. *Os mareantes de Viana e a construção da atlantidade*. Viana do Castelo / Portugal: Câmara Municipal, 1995. 332 p.

REIS, António Matos. Viana em 1517; urbanismo, democracia, sociedade: estudo da finta para a construção da ponte da ajuda, sobre o Guadiana. In: *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, nº 15, p. 7-68, 1994.

RICARD, Robert. Documents de l' "Archivo General de Índias", de Séville, relatifs au Brésil. In: *Arquivo de História e Bibliografia (1923-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1976. v 1, p. 118-126.

## PERO DO CAMPO TOURINHO E OS ESPANHÓIS

*Luiz Walter Coelho Filho*

Pero do Campo Tourinho, o único no rol dos primeiros Donatários da Costa do Brasil que não era fidalgo, recebeu uma concessão essencialmente política, normalmente destinada aos que detinham algum sinal de nobreza. Por que? O que teria levado o Rei a outorgar-lhe tão grande mercê? A resposta merece ser revelada com algum suspense.

Filho de Gil Pires Tourinho e Branca Casada<sup>1</sup>, casou-se com Inês Fernandes Pinta, resultando desta união Fernão, Leonor e André. Através de um documento intitulado “*Livro da Talha para a Construção da Ponte sobre o Rio Guadiana*”<sup>2</sup>, mais conhecido como “*Livro da Finta*”, espécie de recenseamento fiscal, datado de janeiro de 1517, sabe-se que Pero do Campo morava no arrabalde do Campo do Forno. Hoje o local corresponde ao sítio da praça da República, centro da Cidade, mas em 1517, constituía um bairro novo, quase subúrbio, ao norte da muralha medieval da Vila de Viana do Castelo. A origem provável do seu primeiro sobrenome advém por antonomásia do bairro onde morava, fato muito comum à época.

No Livro da Finta figura ainda como “*oficial da Misericórdia*”, o que lhe assegurou a isenção fiscal na tributação destinada ao custeio da Ponte sobre o Rio Guadiana. A Misericórdia de Viana foi constituída oficialmente em 1521, ano em que os oficiais do Concelho deliberaram requerer ao Rei a outorga de regimento idêntico ao de Lisboa. Como poderiam os oficiais gozar dos privilégios de uma Instituição que ainda não existia? Uma explicação muito interessante ao caso foi apresentada por Manuel da Cunha Serra<sup>3</sup>. Em 1506 foi estabelecida a Confraria do Nome de Jesus dos Mareantes da Vila de Viana da Foz do Lima. A idéia partiu de um grupo de setenta mareantes e pescadores, à semelhança do que tinham visto em Porto e Lisboa, tinha como fonte de custeio uma contribuição

<sup>1</sup> MORAIRA, Manuel António Fernandes. *Os mareantes de Viana e a construção da atlântica*. Câmara Municipal Viana do Castelo, 1995. p. 246

<sup>2</sup> REIS, António Matos. Viana em 1517. Urbanismo, democracia, sociedade. Estudo da finta para a construção da ponte da ajuda, sobre o Guadiana. In: *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, Viana do Castelo, nº 15, p. 7

<sup>3</sup> *Apud id.* REIS, António Matos, p. 16